



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016**

**NÍVEL E (Nível Superior)
AUDITOR**

4 de dezembro de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **40 QUESTÕES OBJETIVAS**, sendo Conhecimentos Básicos - **8** de Língua Portuguesa, **4** de Informática e **8** de Administração Pública; **20** de Conhecimentos Específicos; e a **REDAÇÃO**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO**.
- 3 A prova de Redação valerá **10 pontos** e consistirá na elaboração de texto escrito com, **no mínimo, vinte (20) linhas e, no máximo, trinta (30) linhas**, com letra legível, em que serão avaliadas: fidelidade ao tema, objetividade, clareza, sequência lógica de pensamento e utilização correta das normas gramaticais.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no **CARTÃO-RESPOSTA** e na **FOLHA DE REDAÇÃO**. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 6 A marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e a transcrição do texto definitivo para a **FOLHA DE REDAÇÃO** devem ser feitas com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul** confeccionada em material transparente.
- 7 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta e a Folha de Redação somente serão substituídos caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão e na folha não corresponderem aos seus.
- 8 A **FOLHA DE REDAÇÃO** não deverá ser assinada, rubricada, nem conter, dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.
- 9 O **CARTÃO-RESPOSTA** e a **FOLHA DE REDAÇÃO** serão os únicos documentos considerados para a correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item **2** acima e assine a **LISTA DE PRESENÇA**. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Santarém/PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito **1 (uma) hora** além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os **30 minutos** finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **BOLETIM DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 40.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

A SOCIEDADE PÓS-MORALISTA

1 “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos”. Uma
2 denúncia da decadência social, feita por um pensador contemporâneo – Gilles Lipovetsky.

3 Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos
4 preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação
5 mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade
6 intimista e materialista. Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam
7 eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. E como a cultura do cotidiano não é
8 mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos
9 direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa
10 que seja extrínseca a nós. As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não
11 propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem
12 obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de
13 gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.

14 Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico,
15 somando-se à já prolífera família lexical dos chamados “pós”. Entretanto, que denominação caberia a um
16 gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do “é preciso”, que difunde
17 muito mais as normas do bem-estar que as imposições supremas do ideal, que metamorfoseia a iniciativa
18 moral em entretenimento ou informação comercial? Como designar uma cultura de promoção dos direitos
19 subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre
20 apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente? Sociedade pós-moralista:
21 assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente,
22 consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade... É uma
23 sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento
24 integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética. Eis a razão pela
25 qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-
26 moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a
27 si mesmo. Nenhuma aceitação do dever heroico, mas reconciliação entre coração e festa, entre a virtude e
28 o interesse, entre os imperativos do futuro e a qualidade de vida do presente. Longe de representar uma
29 oposição frontal à cultura individualista pós-moralista, o impacto ético constitui uma de suas mais típicas
30 manifestações... Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever
31 é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social, em que os
32 direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos, em que as lições de moral são
33 encobertas pelo fulgor de uma vida melhor, do irradiante sol das férias de verão, do banal passatempo das
34 mídias.

(http://www.nacionalismo.com.br/artigos/sociedade_pos_moralista.pdf). Texto com adaptações.

Glossário:

Hiperbóreos: Segundo a mitologia grega, **hiperbóreos** são povos que habitam o extremo norte da Europa e da Ásia em um território inalcançável, onde não há doenças nem guerras, e levam uma vida perfeita sem a ajuda dos deuses, sendo visitados somente durante o inverno por Apolo.

Edulcorado: adoçado; abrandado; suavizado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

1 O texto “A Sociedade Pós-moralista” não afirma que a ética deixou de existir nas sociedades, mas sim que há o seu enfraquecimento. Essa ideia pode ser identificada em várias passagens do texto, com EXCEÇÃO da que se transcreve em

- (A) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (B) “As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo ‘sem fé nem lei’, mas segundo uma ética tênue e minimalista, ‘sem obrigações nem sanções’.” (10 a 12)
- (C) “Sociedade pós-moralista: assim entendemos uma sociedade que repudia a retórica do dever rígido, integral e estrito e, paralelamente, consagra os direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade.” (20 a 22)
- (D) “É uma sociedade que, em suas camadas mais profundas, deixou de estar baseada nas exortações ao cumprimento integral dos preceitos, e que só procura acreditar nas normas indolores da existência ética.” (22 a 24)
- (E) “Sociedade pós-moralista é, assim, a designação de uma época em que o sentido do dever é edulcorado e debilitado, em que a noção de sacrifício pessoal perdeu sua justificação social (...)” (30 a 31)

2 Considere o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista”. (3 a 6)

Com base nessa reflexão do texto, entende-se que uma sociedade que observa os preceitos superiores é, em síntese, aquela na qual

- (A) a vida política é verdadeiramente democrática, por permitir a igualdade de partilha dos bens sociais de acordo com as necessidades de cada um.
- (B) se combatem todas as manifestações contrárias ao respeito que se deve ao cidadão, independentemente de sua etnia, condição social, religião.
- (C) os princípios éticos/morais regem as instituições políticas, como instâncias que devem fazer valer a vontade e o interesse coletivo, bem como regem a conduta de cada sujeito social.
- (D) se instala uma democracia efetivamente participativa, em vista do direito que o cidadão tem à escolha de seus governantes e representantes.
- (E) há a renúncia dos cidadãos a aspirações de ordem pessoal, à felicidade individual em favor de uma vida menos materialista e mais religiosa.

3 Ainda sobre o trecho

“Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação mediante o estímulo sistemático à satisfação das aspirações imediatas, à paixão pelo ego, à felicidade intimista e materialista” (3 a 6), é correto afirmar que o verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”) se refere

- (A) às sociedades em geral.
- (B) aos guardiães dos costumes morais.
- (C) aos idealizadores de um novo regime político.
- (D) aos pensadores que comungam com o autor a concepção de uma sociedade Pós-moralista.
- (E) ao autor e demais cidadãos participantes de uma sociedade distanciada de preceitos ético-morais.

4 Para mostrar figurativamente os traços da sociedade Pós-moralista, o autor utiliza a **linguagem conotativa** em

- (A) “A sociedade Pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.” (1)
- (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
- (C) “O encandeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas.” (12 e 13)
- (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’.” (14 e 15)
- (E) “Eis a razão pela qual nenhuma contradição existe entre o aumento de popularidade da temática ética e a lógica pós-moralista, uma vez que a atual concepção de ética não exige nenhum sacrifício maior, nenhuma renúncia a si mesmo.” (24 a 27)

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 5 Das relações de ideias estabelecidas no texto, expressa-se uma **relação de causa e consequência** no trecho
- (A) “Pela primeira vez estamos em presença de uma sociedade que, longe de exaltar a observância dos preceitos superiores, faz deles um uso eufêmico e lança-os ao descrédito, deprecia o ideal da abnegação (...)” (3 e 4)
 - (B) “Nossas sociedades tornaram inúteis todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas.” (6 e 7)
 - (C) “E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós.” (7 a 10)
 - (D) “Alguns provavelmente manifestarão perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a um gênero de cultura que só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’ (...)?” (14 a 16)
 - (E) “Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora a etiqueta da ética sempre apareça, a referência à necessidade de sacrifício nenhuma vez esteja presente?” (18 a 20)
- 6 Nas alternativas abaixo, apresentam-se paráfrases de partes do texto “A Sociedade Pós-moralista”. Identifique a que está de acordo com as regras de **concordância** e/ou **regência** da gramática da norma culta.
- (A) Tornou-se inútil, em nossas sociedades, todos os valores inerentes ao sacrifício, sejam eles relacionados à aspiração da vida eterna ou a finalidades profanas. Ou seja, estamos diante do que se chama sociedade Pós-moralista.
 - (B) E porque a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbóreos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos, por isso, de reconhecer a necessidade e uma dependência de qualquer coisa que nos sejam extrínseca.
 - (C) As democracias (...) passaram a organizarem-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encandeamento da história moderna propiciou à eclosão de sociedades pós-moralistas.
 - (D) Provavelmente haverão aqueles que poderão manifestarem perplexidade diante da criação de mais um conceito ideal-típico, somando-se à já prolífera família lexical dos chamados ‘pós’. Entretanto, que denominação caberia a certas sociedades que, só em situações muito excepcionais segue o preceito do ‘é preciso’.
 - (E) Como designar uma cultura de promoção dos direitos subjetivos que faz cair em desuso o sentido crucial do dever, e na qual, embora sempre apareçam os princípios da ética, a referência aos imperativos de sacrifício nenhuma vez esteja presente?

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 7 A linguagem dos textos técnicos e comunicações oficiais deve apresentar um estilo caracterizado por qualidades como adequação, clareza, coesão, coerência, concisão, precisão, objetividade, polidez. Considere a redação do texto abaixo, um exemplar do gênero “Aviso”:

A Sua Excelência o Senhor
[Nome e cargo]

Local e data

Assunto: **Seminário sobre uso de energia no setor público**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência, com muita honra, pelo orgulho que é realizar um evento como este, a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional de Uso Eficiente de Energia no Setor, a ser realizado em 5 de novembro próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública, localizada no Setor de Indústrias, zona sul, nesta capital.

O Seminário, que primou pela excelência de organização, inclui-se nas atividades do *Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos*, instituído pelo Decreto nº XXX, de 20 de outubro de 1995.

Atenciosamente,

[nome e cargo do signatário]

Esse documento **Não atende** aos requisitos exigidos na comunicação oficial quanto à

- (A) concisão.
 - (B) polidez.
 - (C) coerência.
 - (D) correção gramatical.
 - (E) adequação de tratamento.
- 8 Em textos da comunicação oficial não cabem construções de sentido ambíguo. Esse preceito **Não** foi observado na redação do seguinte trecho de documento:
- (A) Senhor Ministro,
Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 1990, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de seu projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste. (Ofício)
 - (B) Senhor Deputado,
Informo Vossa Excelência de que as medidas mencionadas em sua carta nº 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa). (Ofício)
 - (C) Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Comunico a Vossa Excelência o recebimento das Mensagens SM nº 106 a 110, de 1991, nas quais se informa a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 93 a 97, de 1991, relativos à exploração de serviços de radiodifusão. (Mensagem)
 - (D) Sr. Governador,
Cumprir-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, que as detenções dos estrangeiros expulsos, ou com processo de expulsão, não devem ultrapassar o prazo de noventa dias, a contar da data em que foi autorizada a detenção. (Ofício)
 - (E) Ao Senhor (nome e/ou cargo)
Assunto: Aquisição de Equipamentos de Informática
Nos termos do plano de estratégia estabelecido na reunião mensal de julho deste ano, solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para aquisição dos novos equipamentos de informática para o departamento de Recursos Humanos. (Memorando)

INFORMÁTICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

9 Considere as seguintes afirmativas.

- I Em computação, o termo *phishing* é uma forma de fraude eletrônica, caracterizada por tentativas de adquirir informações confidenciais de pessoas ou empresas através de mensagens falsas.
- II O *worm* é um código malicioso capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo entre computadores.
- III Os *firewalls* podem se apresentar sob duas formas: *software* e *hardware*. A primeira são programas que o usuário instala na máquina para realizar o controle das conexões, tanto as que entram, como as que saem. Já sob a forma de *hardware*, são equipamentos específicos que reforçam a segurança de uma rede.
- IV Um *cookie* é um pacote de dados enviados de um *website* para o navegador do usuário quando o usuário visita o *site*. Cada vez que o usuário visita o *site* novamente, o navegador envia o *cookie* de volta para o servidor para notificar atividades prévias do usuário.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

10 São exemplos de protocolos padrão da Internet para recebimento e envio de e-mails

- (A) SMTP e HTTP.
- (B) IMAP e DNS.
- (C) ARP e NAT.
- (D) POP e SMTP.
- (E) POP e SMAIL.

11 Considere a planilha produzida no Microsoft Office Excel 2013 (configuração padrão).

	A	B	C
1	Valor da propriedade	Comissão	Total
2	100	7	
3	200	14	
4	300	21	
5	400	28	

Acerca da tabela acima, analise as afirmativas a seguir.

- I Se na célula C2 for inserida a fórmula =SOMASE(A2:A5;">150";B2:B5), o resultado será 63.
- II Se na célula C3 for inserida a fórmula =SE(A2>A3;B2;B3), o resultado será 7.
- III Se na célula C4 for inserida a fórmula =SOMA(A4:B5), o resultado será 749.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 12 Com relação aos procedimentos de *backup* é **incorreto** afirmar que
- (A) para a implementação do *backup*, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.
 - (B) durante o processo de *backup* deve-se determinar o nível de proteção a ser dado à determinada informação. Essa avaliação poderá então ser usada para determinar se um controle criptográfico é apropriado e qual tipo deve ser aplicado.
 - (C) dentre os principais itens a serem considerados em uma política para realização de *backup* está a execução de testes nas mídias que armazenam os *backups* para assegurar que os mantidos em ambiente interno e/ou externo estejam seguros e em perfeito estado para serem utilizados.
 - (D) volatilidade da informação é o período de tempo no qual a informação permanece atual e utilizada. Por exemplo, para os dados que não sofrerem alteração pelo período de trinta dias, somente será necessária a realização de um novo *backup* no trigésimo primeiro dia, conseqüentemente, sua retenção programada poderá ser para trinta dias.
 - (E) além dos *backups* realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de *sites* de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos *backups* considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 13 O decreto nº 5.378/2005, que institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, define no Artigo 5º que a participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão ou convocação.
 - (B) negociação ou acordo.
 - (C) habilidade de ouvir.
 - (D) reunião de reforço.
 - (E) avaliação de papéis.
- 14 Ainda com relação ao decreto nº 5.378/2005, no Artigo 3º, inciso III, consta que o Programa GESPÚBLICA deverá orientar e capacitar os órgãos e entidades da administração pública para a implantação de ciclos contínuos de avaliação e de
- (A) determinação de padrões de qualidade.
 - (B) análise dos custos internos.
 - (C) melhoria da gestão.
 - (D) simplificação de rotinas.
 - (E) determinação de normas.
- 15 O Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, define alguns conceitos como os citados no Artigo 3º, inciso IX, entre os quais o do processo de distribuição de cargos baseado em critérios de dimensionamento objetivos, previamente definidos e expressos em uma matriz, visando ao desenvolvimento institucional denominado
- (A) matriz de alocação de cargos.
 - (B) alocação de cargos.
 - (C) equipe de trabalho.
 - (D) avaliação de desempenho.
 - (E) processo de trabalho.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 16 A lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, estabelece no parágrafo 1º, Artigo XXIV, que o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter: I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e o III que se denomina
- (A) Plano de Acompanhamento e Avaliação Continuada.
 - (B) Programa de Proposta Integradora dos Níveis Hierárquicos.
 - (C) Desenvolvimento de um Plano Institucional Estratégico.
 - (D) Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (E) Programa de Definição de Fatores Críticos de Sucesso.
- 17 A Lei nº 11.091/2005 apresenta, em seu Capítulo II, Artigo 3º, inciso VII, como princípios e diretrizes, o desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais. Essa vinculação é fundamental, pois as instituições precisam oferecer programas de capacitação e desenvolvimento que estejam diretamente relacionados aos propósitos organizacionais, atendendo ao desenvolvimento das competências de seus colaboradores de forma sustentável e contínua, como também à
- (A) melhoria dos processos de trabalho.
 - (B) formação da estrutura organizacional.
 - (C) especialização do pessoal de linha.
 - (D) dinamização das delegações de chefia.
 - (E) valorização das chefias estratégicas.
- 18 A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, estabelece, em seu Artigo 2º, que A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e
- (A) centralidade.
 - (B) flexibilidade.
 - (C) vulnerabilidade.
 - (D) aplicabilidade.
 - (E) anualidade.
- 19 Um processo de aprendizagem nunca está acabado, daí a necessidade de as instituições promoverem a formação continuada dos servidores, com vistas a agregar novos conhecimentos aos já existentes, em função das mudanças no próprio conhecimento, nas tecnologias e no mundo do trabalho. O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional, estabelece orientações, com aprofundamento e avanço na formação dos servidores, quando define em suas Diretrizes, Artigo 3º, inciso V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional. Esse aprimoramento retorna ao próprio servidor e à instituição na qual ele trabalha, sob a forma de satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e
- (A) otimização dos serviços.
 - (B) mudanças no cronograma dos projetos.
 - (C) burocracia dos serviços.
 - (D) manutenção das rotinas de trabalho.
 - (E) negociações adiadas.
- 20 A Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, considera, no parágrafo 2º do Artigo 1º, a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica como sendo um (uma)
- (A) grupo.
 - (B) entidade.
 - (C) assessoria.
 - (D) autoridade.
 - (E) órgão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 “É o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais”. O texto em evidência se refere à auditoria e trata do seu(sua)
- (A) conceito.
 - (B) objetivo.
 - (C) objeto.
 - (D) filosofia.
 - (E) papel.
- 22 Dentre os tipos de auditoria abaixo, **NÃO** se caracteriza como auditoria operacional:
- (A) Caixa.
 - (B) Revisão limitada.
 - (C) Fusão ou incorporação de empresas.
 - (D) Avaliação de negócios para fins de aquisição.
 - (E) Fiscal.
- 23 O auditor deverá avaliar rigorosamente o sistema contábil. Assinale o item que **NÃO** representa aumento de risco de fraude ou erro:
- (A) Transações que pareçam anormais.
 - (B) Atuação inadequada de um dos membros da administração da entidade auditada.
 - (C) Fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados.
 - (D) Participação dos acionistas em outras sociedades anônimas.
 - (E) Pressões internas e externas.
- 24 Quanto à responsabilidade do auditor pela detecção de fraudes e erros, é correto afirmar:
- (A) Deve ser responsabilizado pela prevenção de fraudes e erros.
 - (B) Ao planejar a auditoria, não deve indagar a administração quanto a qualquer ocorrência de fraude e erro, assim deve manter o sigilo.
 - (C) Quando detectado fraude ou erro, o auditor não tem obrigação de comunicar à administração da entidade.
 - (D) Quando detectado fraude ou erro e se medidas corretivas não forem realizadas, deverá informar à administração possíveis efeitos em seu parecer.
 - (E) Não necessita incluir em seu planejamento procedimentos de avaliação quanto ao risco da ocorrência de fraude ou erro, já que esse pode ser detectado naturalmente durante o trabalho.
- 25 Quanto aos programas de auditoria, é correto afirmar:
- (A) Para manter sua independência e imparcialidade em sua elaboração, não é necessário considerar o objetivo da auditoria a ser realizada.
 - (B) As características da empresa a ser auditada são irrelevantes em seu planejamento.
 - (C) É o plano de trabalho a ser realizado em campo.
 - (D) Em sua elaboração, não existe necessidade de definir o objetivo do exame, a extensão e profundidade, pois esses não fazem parte dos programas de auditoria.
 - (E) Os procedimentos a serem adotados no trabalho não incluem estimativa de tempo gasto nem a equipe de trabalho.
- 26 Na elaboração e aplicação dos programas de auditoria para as contas do ativo, **NÃO** faz parte dos objetivos a serem atingidos:
- (A) Apurar se realmente existem as obrigações para com fornecedores de ativos mencionadas no balanço.
 - (B) Determinar se os Princípios Contábeis foram aplicados em bases uniformes.
 - (C) Constatar a existência, controle e posse dos bens do imobilizado.
 - (D) Apurar se os valores apresentados são efetivamente realizáveis.
 - (E) Assegurar que todos os rendimentos produzidos foram devidamente recebidos e contabilizados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 27 Obtém-se evidência por meio da confirmação e testes de transação. Assim, o auditor pode se certificar a respeito aplicando certos procedimentos analíticos. Assinale o dado que **NÃO** permite determinar a adequação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (A) Antecedentes de percentagens dos saldos a receber expressos pela Provisão.
 - (B) Índice de rotatividade dos estoques.
 - (C) Condições econômicas vigentes no momento.
 - (D) Alterações na política de concessão de crédito.
 - (E) Cálculos de movimentação de contas a receber.
- 28 Quanto ao programa de auditoria para contas do passivo, esconder situação de dificuldade financeira, fraudar o fisco e ludibriar credores e sócios são erros cujos efeitos geram falso quociente de liquidez e melhoram a aparência da empresa junto a credores, esse erro é denominado
- (A) valores fictícios.
 - (B) simulação.
 - (C) subavaliação do passivo.
 - (D) valores ocultos.
 - (E) superavaliação do passivo.
- 29 Assinale o item que **NÃO** consta entre os principais objetivos da auditoria das contas do Patrimônio Líquido.
- (A) Estabelecer se o tratamento das contas do Patrimônio Líquido nos casos de reorganização tem sido adequado.
 - (B) Determinar se foram utilizados os princípios fundamentais de contabilidade em bases uniformes.
 - (C) Verificar a disponibilidade do PL quanto a sua distribuição aos acionistas quotistas ou proprietários.
 - (D) Verificar se existe laudo de avaliação firmado por três peritos ou empresa especializada que deu origem e permitiu o registro contábil da reserva de reavaliação.
 - (E) Determinar a quantidade de ações ou títulos de propriedade do capital, bem como se foram adequadamente autorizados ou emitidos.
- 30 Assinale a opção discordante quanto a auditoria das contas de resultado.
- (A) São pertinentes às atividades da empresa e estão suportadas por documentação hábil e que as operações tenham sido adequadamente autorizadas.
 - (B) Foram contabilizadas corretamente de acordo com os princípios contábeis e normas regulares, aplicados uniformemente em relação ao exercício anterior.
 - (C) Se as despesas estão corretamente contrapostas às receitas.
 - (D) Se tratar de empresa industrial e quanto aos custos, se os procedimentos de rateio e apuração da margem de contribuição estão corretamente calculados e contabilizados.
 - (E) Estão corretamente classificadas nas Demonstrações Contábeis e divulgados consoante os princípios contábeis e as normas da CVM, quando se referirem a operações com partes relacionadas, e se as observações cabíveis foram expressas por Notas Explicativas.
- 31 O risco de amostragem surge da possibilidade de que a conclusão do auditor com base em uma amostra possa ser diferente da conclusão que seria alcançada se toda a população estivesse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria (CREPALDI, 2015, p.247). Há um risco em que, embora o resultado da aplicação de procedimentos de auditoria sobre a amostra seja satisfatório, o restante da população possui maior nível de erro do que aquele detectado na amostra. Esse risco é denominado
- (A) subavaliação da confiabilidade.
 - (B) superavaliação da confiabilidade.
 - (C) rejeição incorreta.
 - (D) aceitação incorreta.
 - (E) amostragem superior.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 32 Quanto aos papéis de trabalho, é correto afirmar:
- (A) Não incluem as cartas de responsabilidade da administração.
 - (B) Não são de propriedade exclusiva do auditor.
 - (C) Estão limitados a dados quantitativos.
 - (D) Quando solicitados por terceiros, somente podem ser disponibilizados após autorização formal da entidade auditada.
 - (E) Não incluem, por não ser necessário, cópias de comunicações com outros auditores, peritos, especialistas e terceiros.
- 33 O Sistema Contábil Público é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro e controle dos atos e fatos da gestão do patrimônio público. Esse sistema é organizado em subsistemas de informações. Os acordos, garantias e responsabilidades fazem parte do subsistema denominado
- (A) Informações Orçamentárias.
 - (B) Informações Patrimoniais.
 - (C) De Compensação.
 - (D) De Rédito.
 - (E) Informações Econômicas.
- 34 O artigo 106 da Lei nº 4.320/64 expressa como deverão ser avaliados os elementos patrimoniais na administração pública. Quanto ao procedimento dessa avaliação, é correto afirmar:
- (A) Os bens de almoxarifado, pela metodologia Primeiro que Entra será o Primeiro que Sai (PEPS).
 - (B) Os bens móveis, pelo valor realizável líquido.
 - (C) Os débitos e créditos, pelo valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio na data da aquisição do bem ou data em que a obrigação for contraída.
 - (D) Os bens imóveis, pelo valor de aquisição ou construção.
 - (E) Os títulos de renda, pelo valor corrigido por meio da taxa SELIC.
- 35 O inventário físico dos materiais e bens móveis e imóveis é um dos instrumentos de controle e gestão do patrimônio público. Nesse levantamento, devem ser observados determinados princípios norteadores. Assinale o princípio segundo o qual tanto os itens patrimoniais quanto aqueles que não tenham referência de valor devem ser levantados e avaliados por Comissão, mediante critérios previamente definidos.
- (A) Oportunidade.
 - (B) Integridade.
 - (C) Uniformidade.
 - (D) Instantaneidade.
 - (E) Especificação.
- 36 A Lei de Responsabilidade Fiscal é um marco em matéria de finanças públicas no Brasil. Quanto a essa Lei, é correto afirmar:
- (A) A LRF não considera como ente da federação as entidades da Administração Indireta.
 - (B) Para cálculo do limite com pessoal, a receita corrente líquida que serve para o cálculo será a auferida em obediência ao regime de competência.
 - (C) Para efeito da LRF, não são considerados como despesa com pessoal os gastos com os inativos e pensionistas.
 - (D) O limite da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida é de 50% para os municípios.
 - (E) A distribuição do limite da despesa com pessoal em relação à receita líquida corrente para o Poder Executivo dos Estados é de 49,0%.
- 37 Dentre as receitas abaixo (art. 153/CF) assinale a que **NÃO** é de competência da União.
- (A) Produtos industrializados.
 - (B) Propriedade territorial rural.
 - (C) Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
 - (D) Transmissão causa mortis e doação de bens e direitos.
 - (E) Operações de crédito, câmbio e seguro.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

- 38 A transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação sob o título de cooperação, auxílio ou assistência financeira que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao SUS. Assinale a alternativa que **NÃO** é exigência para a realização dessa transferência.
- (A) Existência de dotação específica.
 - (B) Que o beneficiário prove que se acha em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.
 - (C) Que o beneficiário comprove que está em dia quanto à prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente.
 - (D) Que o beneficiário comprove estar em dias com suas obrigações principais e acessórias junto ao ente municipal a que está vinculado.
 - (E) Que o beneficiário comprove o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e saúde.
- 39 A LRF, ao reportar-se à escrituração e consolidação das contas, obedece também às normas prescritas na Lei nº 4.320/64. Assinale o item que **NÃO** está em sintonia com os instrumentos legais antes referidos.
- (A) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
 - (B) As demonstrações contábeis compreenderão, isoladamente e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão.
 - (C) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se o resultado dos fluxos financeiros também pelo regime de competência.
 - (D) A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos fiquem escriturados de forma individualizada.
 - (E) As operações de crédito, os restos a pagar e outras obrigações deverão ser escriturados de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública e, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- 40 Assinale a alternativa que **NÃO** está corretamente relacionada à LRF.
- (A) As contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Chefe do Ministério Público.
 - (B) Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes poderão optar por verificar os limites de pessoal, dívidas e garantias, no final de cada ano.
 - (C) Os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes poderão optar em divulgar semestralmente o relatório de gestão fiscal.
 - (D) As prestações de contas e os pareceres prévios são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
 - (E) É vedado ao titular do Poder ou órgão definido no art.20 da LRF, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesas que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

REDAÇÃO

Texto complementar

DIFERENÇA ENTRE MORAL E ÉTICA

Moral – A Moral se refere às normas e leis que regem uma sociedade. Ela muda de local para local, de época para época e de cultura para cultura, de forma que se casar com mais de uma mulher no Brasil vai contra a legislação, logo vai contra as normas e leis da sociedade brasileira, sendo, assim, imoral. Mas em países árabes, por exemplo, a poligamia é permitida e exercida, lá isso é algo moral. Na sociedade urbana é imoral andar nu, é um atentado ao pudor, previsto por lei, mas numa sociedade de índios (principalmente se estes não tiveram contato com o homem urbano, o que já é muito difícil hoje em dia) é algo natural, é moral.

Ética – A Ética se refere ao meu comportamento em relação com o outro, se o que eu faço é bom tanto para mim quanto para o outro estou sendo ético. Um exemplo prático do dia a dia onde a maioria se comporta de maneira antiética: Se você encontra uma carteira na rua, vê que ela tem identificações e até endereço do dono, por ética deveria ir até o endereço e devolver a carteira, certo? Mas fazemos mesmo isso? A maioria das pessoas ficaria com a carteira mesmo assim, e ainda se livraria dos documentos e de qualquer coisa que provasse que a carteira não era sua. Isso é uma postura antiética.

Agora você vê a diferença? Ética e Moral andam muito juntas (ou deveriam andar), mas uma coisa pode ser ética, mas não moral, e vice-versa. As legislações tentam, mesmo que não conseguindo sempre, normatizar conceitos éticos. Estes estão firmados no caráter humano, de forma que o homem sabe o que é ético, mesmo optando por não realizá-lo.

(<https://rafaeldecastrorig.wordpress.com/2010/08/12/etica-e-moral-voce-sabe-a-diferenca/>)

O quadro político-social brasileiro mostra consequências do enfraquecimento dos princípios de conduta ética/moral na vida política (corrupção, escândalos políticos, subjugação dos interesses coletivos pelos individuais) que se refletem, naturalmente, na vida da sociedade (violência, criminalidade, exclusão social). Diante desse estado de coisas, os cidadãos têm sido levados a concluir que “sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar...”.

Considerando as ideias do texto “As sociedades Pós-moralistas”, poderíamos pensar que o Brasil vai se tornando uma sociedade desse tipo e, então, nos perguntarmos: O que está na origem desse processo de debilitação do País? Qual seria um caminho possível (ou caminhos possíveis) para construir uma nação marcada pela consciência ética e retidão moral?

Escreva um texto, em prosa, em que você responda a esses questionamentos, atendendo aos critérios de coesão, coerência, consistência argumentativa, adequação da escrita.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 26 – UFOPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

Tema:	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	